

ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Cáceres

Rua General Osório, Esq. c/ Coronel José Dulce, s/nº - CEP: 78200-000
Fone: (65) 3223-1707 - Fax: 3223-6862 - Cáceres - MT

Site: www.camaracaceres.mt.gov.br

INTERESSADO: Cézare Pastorello - SOLIDARIEDADE.

ASSUNTO: Projeto de Resolução Nº 08, de 26 de novembro de 2018. "Altera o artigo 46 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal, que regulamenta a composição e trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para garantia dos direitos de minoria parlamentar."

PROTOCOLO Nº: 4083/2018.

DATADA ENTRADA: 26 de novembro de 2018.

LIDO APROVADO Na Sessão de: 11/12/2018	VOTAÇÃO EM 1º TURNO/ TURNO ÚNICO:	VOTAÇÃO EM 2º TURNO:
---	---	--------------------------------

DATA	COMISSÕES
LIDO Na Sessão de: 03/12/2018	<input checked="" type="checkbox"/> Constituição, Justiça, Trabalho e Redação
	<input type="checkbox"/> Economia, Finanças e Planejamento
	<input type="checkbox"/> Saúde, Higiene e Promoção Social
	<input type="checkbox"/> Educação, Desportos, Cultura e Turismo
	<input type="checkbox"/> Transportes, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas
	<input type="checkbox"/> Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
	<input type="checkbox"/> Fiscalização e Controle
	<input type="checkbox"/> Especial
	<input type="checkbox"/> Mista

OBSERVAÇÕES:



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em 26/11/18 Hrs 21:56 Sob nº 4033 Ass.: Welson B.		Projetos De Lei	Nº 08/2018	APROVADO
		Projeto De Decreto Legislativo		
	X	Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
		Requerimento		
		Indicação		REJEITADO
		Moção		
		Emenda		Presidente da Câmara

AUTOR: CÉZARE PASTORELLO

PSDB

“Altera o artigo 46 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal, que regulamenta a composição e trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para garantia dos direitos de minoria parlamentar.”

A Câmara Municipal de Cáceres aprova e o seu presidente, vereador Domingos Oliveira Santos, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º – O Artigo 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres passa a ter a seguinte redação:

“Art. 46. A Câmara Municipal, a requerimento de um terço de seus membros, independente de apreciação Plenária, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

- § 2º *Recebido o requerimento, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.*
- § 3º *A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.*
- § 4º *Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco comissões na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo quórum de apresentação previsto no caput deste artigo.*
- § 5º *A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.*
- § 6º *Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa Diretora o atendimento preferencial das providências que a Comissão solicitar."*

Art. 3º – Ficam incluídos os artigos 46-A e 46-B, ao Regimento Interno, com a redação a seguir:

"Art.46-A. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

- I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, necessários aos seus trabalhos;*
- II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência com Secretários Municipais e outros servidores que prestam serviços ao Município, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;*
- III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da*

V – *Ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para que tomem conhecimento do relatório da Comissão e adote as providências que julgar necessárias.*

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco sessões.”

Art. 4º – Ficam revogados o inciso I, do art. 196, e a alínea “c”, inciso II, do artigo 219, ambos do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Sala das sessões, 26 de novembro de 2018.


Ver. Cézare Pastorello – PSDB

JUSTIFICACÃO

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres é instrumento *interna corporis* de organização dos trabalhos legislativos, gozando de maior flexibilidade para atualização, sendo votada e promulgada pela própria casa.

Considerando-se a dinâmica da legislação e suas transformações no curso da vigência, ou por processo legislativo formal, ou por interpretação do judiciário, é sempre necessária a revisão e atualização dos diplomas.

A alteração é necessária por conta do princípio da simetria e do paralelismo das formas (implícito nos arts. 25, caput, 29, caput, e 32, caput, todos da CF/88). Sendo que o art. 58, § 3º, da CF/88, conquanto constitua a norma da Constituição da República sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito federais, igualmente se aplica, no que couber, às CPI estaduais (art. 25, caput, da CF/88), distritais (art. 32, caput, da CF/88) e Municipais (art. 29, caput, da CF/88).

Em análise ao art. 58, § 3º c/c art. 29, caput, todos da CF/88, as Comissões Parlamentares de Inquérito municipais possuem as seguintes características:

1. *Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal.*
2. *Serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos vereadores.*
3. *Destinar-se-ão à apuração de fato determinado e por prazo certo.*
4. *Suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas a demais órgãos para providências.*

Outro ponto suprimido da norma é a necessidade de sigilo. Desde novembro de 2011, com a sanção da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, a disponibilidade dos dados e informações ao público é a regra, sendo o sigilo exceção, que demanda justificativa.

Em que pese a necessidade de aprovação, por maioria simples, das alterações propostas por este resolução ao Regimento Interno desta casa, espera-se que estas sejam aprovadas, uma vez que o judiciário, inclusive a corte suprema tem reconhecido a necessidade de tal interpretação, conforme colaciona-se da jurisprudência:

***TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade ADI 20291180220148260000
SP 2029118-02.2014.8.26.0000 (TJ-SP)
Data de publicação: 16/05/2014***

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - § 4º, do art. 56 -F, da Resolução nº 55, de 21 de novembro de 2012 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital), o qual estipula a votação da maioria absoluta dos membros da Câmara para a aprovação do requerimento de instalação de Comissões Especiais de Inquérito - Inadmissibilidade Ofensa ao princípio da simetria e da separação dos poderes Constituições Estadual e Federal que já preveem quórum de 1/3 para criação das Comissões Criação de óbice à função fiscalizatória do Legislativo Direito das minorias parlamentares que deve ser resguardado - Precedente - Ação julgada procedente.

STF - MANDADO DE SEGURANÇA MS 24831 DF (STF)

Data de publicação: 04/08/2006

Ementa: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DIREITO DE OPOSIÇÃO - PRERROGATIVA DAS MINORIAS PARLAMENTARES - EXPRESSÃO DO POSTULADO DEMOCRÁTICO - DIREITO IMPREGNADO DE ESTATURA CONSTITUCIONAL - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR E COMPOSIÇÃO DA RESPECTIVA CPI - TEMA QUE EXTRAVASA OS LIMITES "INTERNA CORPORIS" DAS CASAS LEGISLATIVAS - VIABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL - IMPOSSIBILIDADE DE A MAIORIA PARLAMENTAR FRUSTRAR, NO ÂMBITO DO CONGRESSO NACIONAL, O EXERCÍCIO, PELAS MINORIAS LEGISLATIVAS, DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR (CF, ART. 58, § 3º) - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: REQUISITOS CONSTITUCIONAIS.

Pelo exposto, a possibilidade de instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito, em nosso direito, sem necessidade de deliberação plenária, faz delas instrumentos úteis para o exercício do controle dos atos do Poder Executivo, e não haver previsão no Regimento Interno desta casa é sujeitar o legislativo municipal aos remédios constitucionais para garantia do que, pelo presente projeto de resolução, pode se tornar incontroverso.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2018.

Ver. Cézare Pastorello – PSDB



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**PARECER DA MESA DIRETORA
(ARTIGO 274, DO REGIMENTO INTERNO)**

Parecer nº 381/2018

Referência: Processo nº 4.083/2018

Assunto: Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018

Autor (a): Vereador Cézare Pastorello - Solidariedade

Assinado por: Vereador Cézare Pastorello - Solidariedade

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018, que dispõe sobre a alteração parcial do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DOS MEMBROS DA MESA DIRETORA:

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria do Excelentíssimo Vereador Cézare Pastorello - Solidariedade, visando alteração de parte do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, em especial o artigo 46, e seguintes do Regimento.

O artigo 7º, do Regimento Interno da Câmara Municipal dispõe que:

“Art. 7º A Mesa Diretora é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal e se compõe dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro.

§ 1º O vice-presidente e o tesoureiro substituirão, respectivamente, ao presidente e aos secretários nas suas ausências.

§ 2º Nenhum membro da Mesa Diretora deixará a cadeira sem que esteja presente no ato o seu substituto.

§ 3º O presidente convidará quaisquer vereadores para ocuparem os lugares dos secretários na falta eventual dos substitutos.”

Com efeito, o Autor do Projeto de Resolução, ressaltou que o Regimento Interno, em relação a Comissão Parlamentar de Inquérito, precisa se adequar ao entendimento dos Tribunais Superiores, em especial a do Supremo Tribunal Federal.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Segundo o autor do projeto de resolução, a possibilidade de instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito, em nosso direito, sem necessidade de deliberação plenária, faz delas instrumentos úteis para o exercício do controle dos atos do Poder Executivo, e não haver previsão no Regimento Interno desta casa é sujeitar o legislativo municipal aos remédios constitucionais para garantia do que, pelo presente projeto de resolução, pode se tornar incontroverso.

Os artigos 274 e 275, ambos do Regimento Interno dispõe que:

“Artigo 274. O projeto de resolução destinado a alterar, reformar ou substituir este Regimento Interno sofrerá duas discussões, obedecendo ao rito a que estão sujeitos os projetos de lei em regime de tramitação ordinária e sua votação exigirá quorum de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer em todos os aspectos, inclusive no de redação final, sobre os projetos de resolução que visem a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno da Casa.

Artigo 275. A Mesa Diretora fará, sempre que necessária, a consolidação de todas as alterações introduzidas neste Regimento Interno, que, neste caso, terá nova edição quando julgar necessário a Presidência da Casa.”

Assim, o parágrafo único do artigo 274, prevê que compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer em todos os aspectos, inclusive no de redação final, sobre os projetos de resolução que visem a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno da Casa.

Pelo que se verifica a presente reforma visa facilitar a instauração de uma CPI, em acordo com o entendimento já sedimentado dos Tribunais Superiores.

Em julgamento do **MS 26441**, ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal, o Relator Ministro Celso de Mello, afirmou que a rejeição do ato de criação da CPI, em sede recursal, pelo plenário da Câmara dos Deputados, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar, que a própria Constituição outorga às minorias parlamentares.

Na ocasião, nessa votação, discutia-se o recurso discutido na Câmara dos Deputados, que arquivou uma determinada CPI, porque os votos a favor da criação, não atingiram o mínimo de 1/3 (um terço) dos parlamentares.

Os principais pontos discutidos no referido MS 26441, foram os seguintes:

“Voto de mérito

O ministro Celso de Mello iniciou seu voto lembrando a sustentação do deputado Fernando Coruja no pedido, de que “só cabe recurso ao Plenário da CD em caso de rejeição da instalação da CPI, pelo presidente da Casa”. Para o ministro, não cabe ao STF julgar o procedimento do presidente ao colocar em votação o recurso ao Plenário, mas sim a resposta à seguinte



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

indagação: "Pode ou não a maioria, sustentando-se no parágrafo 3º, do artigo 58 da Constituição, levantar questão de ordem e, por recurso, obstar a criação da CPI?" Não, respondeu o próprio ministro, pois "a prerrogativa de investigar da minoria, já deferida, não poderia ser comprometida pelo bloco majoritário. Não se pode deslocar para o Plenário a decisão final da instalação da CPI, já que é poder constitucional das minorias o de fiscalizar, investigar e responsabilizar, a quem quer que seja, por atos administrativos".

Análise dos requisitos para criação das CPI

Citando parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, o ministro lembrou que "são apenas três os requisitos constitucionais exigidos para a criação de comissões parlamentares de inquérito: requerimento de um terço dos membros de uma ou das duas Casas Legislativas, apuração de fato determinado e fixação de prazo certo". Assim, diz o procurador, "tenta-se impedir que investigações parlamentares fiquem sujeitas aos caprichos da maioria, geralmente desinteressada em apurar certos fatos que possam colocar em risco a reputação e os interesses que representa".

O ministro-relator citou também obra de consultor legislativo do Senado, Marcos Santi, que afirma: "No ato de criação de CPI, com a leitura e a publicação do requerimento, ou mesmo após a consumação dessas fases, as correntes parlamentares que a ela se opõem muitas vezes tentam inviabilizar o inquérito parlamentar. Por isso, quando da consumação da criação de uma CPI, ou mesmo quando essa já tiver sido criada, a base parlamentar de apoio ao Presidente da República com frequência tem lançado mão de um último instrumento parlamentar: anular o requerimento, por meio do questionamento constitucional – e também regimental – do preenchimento dos requisitos de criação da comissão. Nessa medida, a análise da constitucionalidade do requerimento passa a ocupar o centro do debate político-parlamentar e caracterizar-se como um obstáculo adicional a ser superado para se viabilizar o inquérito parlamentar. Esse confronto expõe o que denominamos 'tensão entre o direito das minorias' – que em tese deveria estar assegurado com o preenchimento dos requisitos de criação da CPI – e os interesses da maioria', uma vez que esta, sentindo-se ameaçada, atua no sentido de tentar impedir o inquérito".

Também o ex-presidente da Câmara, Michel Temer, foi citado por entender igualmente que "não se revela possível, à maioria, valer-se desses meios regimentais, para, transferindo, ao Plenário da Casa legislativa, a discussão do tema, frustrar, com tal expediente, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. De observar-se, em primeiro lugar, que as Comissões Parlamentares de Inquérito foram concebidas constitucionalmente como instrumentos postos à disposição das minorias e até das majorias para bem exercerem a função fiscalizadora que cabe, constitucionalmente, ao Poder Legislativo, não podendo, pois, submeter-se apenas à vontade da maioria, sob pena de se tornarem absolutamente ineficazes".

Para Celso de Mello, "é por essa razão que a rejeição do ato de criação da CPI, em sede recursal, pelo plenário da Câmara, não tem o condão de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

justificar a frustração do direito de investigar, que a própria Constituição outorga às minorias parlamentares”.

Em seu voto o ministro analisou, sob a ótica constitucional [artigo 58, parágrafo 3º] os outros requisitos necessários à instalação das CPI. Segundo o relator, o fato determinado foi bem expresso no requerimento da criação da CPI do apagão aéreo: investigar “causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, chamada de ‘apagão aéreo’, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006 envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (Vôo 1907) e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas”.

Para Celso de Mello, o exame dos documentos produzidos pelos impetrantes evidencia que o ato de criação da CPI deve ser preservado para permitir sua imediata instalação, pois o presidente da Câmara reafirmou “que estavam preenchidos todos os requisitos necessários à instalação do inquérito parlamentar”. “No caso em exame o requerimento se refere, com clareza, a um lamentável e trágico evento da aviação civil brasileira em que 154 pessoas perderam a vida em decorrência de suposta falha do sistema de controle de tráfego aéreo. A menção ao trágico acidente aéreo bastaria para viabilizar a instauração da CPI”, completou o relator

A CPI, lembrou o ministro, “não foi instituída por prazo indeterminado, o que é vedado pela Constituição, mas reconheceu-se que a investigação parlamentar terá a duração de 120 dias, como expressamente afirmou o presidente da Câmara dos Deputados ao indeferir a questão de ordem suscitada pelo líder do PT”.

Ao declarar seu voto, Celso de Mello concedeu o Mandado de Segurança para “invalidar a deliberação do egrégio plenário da Câmara dos Deputados que, ao acolher o recurso deduzido pelo líder do PT, desconstituiu o ato da presidência da Casa. Determino a restauração definitiva da eficácia do mencionado ato da presidência da Câmara, que reconheceu criada a CPI do controle do tráfego aéreo”.

O Plenário integral e unanimemente acompanhou o voto do ministro Celso de Mello.

A comunicação do resultado deste julgamento do STF segue, ainda hoje, para a presidência da Câmara dos Deputados, por telex. Amanhã, a comunicação segue por ofício assinado pela presidente da Corte, ministra Ellen Gracie.”¹

Foram ainda revogados dispositivos que contrariam o referido Projeto

Baseando nos fundamentos acima citados, votamos pela **Aprovação** do Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018.

III – DA DECISÃO DA MESA DIRETORA:

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES vota pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018.

¹ Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=69748>



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2018.


Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

José Eduardo Ramsay Torres

Vice-presidente


Wagner Barone

2º Secretário


Elias Pereira

Tesoureiro



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**PARECER DA MESA DIRETORA
(ARTIGO 274, DO REGIMENTO INTERNO)**

Parecer nº 381/2018

Referência: Processo nº 4.083/2018

Assunto: Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018

Autor (a): Vereador Cézare Pastorello - Solidariedade

Assinado por: Vereador Cézare Pastorello - Solidariedade

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018, que dispõe sobre a alteração parcial do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DOS MEMBROS DA MESA DIRETORA:

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria do Excelentíssimo Vereador Cézare Pastorello - Solidariedade, visando alteração de parte do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, em especial o artigo 46, e seguintes do Regimento.

O artigo 7º, do Regimento Interno da Câmara Municipal dispõe que:

“Art. 7º A Mesa Diretora é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal e se compõe dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro.

§ 1º O vice-presidente e o tesoureiro substituirão, respectivamente, ao presidente e aos secretários nas suas ausências.

§ 2º Nenhum membro da Mesa Diretora deixará a cadeira sem que esteja presente no ato o seu substituto.

§ 3º O presidente convidará quaisquer vereadores para ocuparem os lugares dos secretários na falta eventual dos substitutos.”

Com efeito, o Autor do Projeto de Resolução, ressaltou que o Regimento Interno, em relação a Comissão Parlamentar de Inquérito, precisa se adequar ao entendimento dos Tribunais Superiores, em especial a do Supremo Tribunal Federal.



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Segundo o autor do projeto de resolução, a possibilidade de instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito, em nosso direito, sem necessidade de deliberação plenária, faz delas instrumentos úteis para o exercício do controle dos atos do Poder Executivo, e não haver previsão no Regimento Interno desta casa é sujeitar o legislativo municipal aos remédios constitucionais para garantia do que, pelo presente projeto de resolução, pode se tornar incontroverso.

Os artigos 274 e 275, ambos do Regimento Interno dispõe que:

“Artigo 274. O projeto de resolução destinado a alterar, reformar ou substituir este Regimento Interno sofrerá duas discussões, obedecendo ao rito a que estão sujeitos os projetos de lei em regime de tramitação ordinária e sua votação exigirá quorum de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer em todos os aspectos, inclusive no de redação final, sobre os projetos de resolução que visem a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno da Casa.

Artigo 275. A Mesa Diretora fará, sempre que necessária, a consolidação de todas as alterações introduzidas neste Regimento Interno, que, neste caso, terá nova edição quando julgar necessário a Presidência da Casa.”

Assim, o parágrafo único do artigo 274, prevê que compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer em todos os aspectos, inclusive no de redação final, sobre os projetos de resolução que visem a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno da Casa.

Pelo que se verifica a presente reforma visa facilitar a instauração de uma CPI, em acordo com o entendimento já sedimentado dos Tribunais Superiores.

Em julgamento do **MS 26441**, ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal, o Relator Ministro Celso de Mello, afirmou que a rejeição do ato de criação da CPI, em sede recursal, pelo plenário da Câmara dos Deputados, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar, que a própria Constituição outorga às minorias parlamentares.

Na ocasião, nessa votação, discutia-se o recurso discutido na Câmara dos Deputados, que arquivou uma determinada CPI, porque os votos a favor da criação, não atingiram o mínimo de 1/3 (um terço) dos parlamentares.

Os principais pontos discutidos no referido MS 26441, foram os seguintes:

“Voto de mérito

O ministro Celso de Mello iniciou seu voto lembrando a sustentação do deputado Fernando Coruja no pedido, de que “só cabe recurso ao Plenário da CD em caso de rejeição da instalação da CPI, pelo presidente da Casa”. Para o ministro, não cabe ao STF julgar o procedimento do presidente ao colocar em votação o recurso ao Plenário, mas sim a resposta à seguinte



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

indagação: "Pode ou não a maioria, sustentando-se no parágrafo 3º, do artigo 58 da Constituição, levantar questão de ordem e, por recurso, obstar a criação da CPI?" Não, respondeu o próprio ministro, pois "a prerrogativa de investigar da minoria, já deferida, não poderia ser comprometida pelo bloco majoritário. Não se pode deslocar para o Plenário a decisão final da instalação da CPI, já que é poder constitucional das minorias o de fiscalizar, investigar e responsabilizar, a quem quer que seja, por atos administrativos".

Análise dos requisitos para criação das CPI

Citando parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, o ministro lembrou que "são apenas três os requisitos constitucionais exigidos para a criação de comissões parlamentares de inquérito: requerimento de um terço dos membros de uma ou das duas Casas Legislativas, apuração de fato determinado e fixação de prazo certo". Assim, diz o procurador, "tenta-se impedir que investigações parlamentares fiquem sujeitas aos caprichos da maioria, geralmente desinteressada em apurar certos fatos que possam colocar em risco a reputação e os interesses que representa".

O ministro-relator citou também obra de consultor legislativo do Senado, Marcos Santi, que afirma: "No ato de criação de CPI, com a leitura e a publicação do requerimento, ou mesmo após a consumação dessas fases, as correntes parlamentares que a ela se opõem muitas vezes tentam inviabilizar o inquérito parlamentar. Por isso, quando da consumação da criação de uma CPI, ou mesmo quando essa já tiver sido criada, a base parlamentar de apoio ao Presidente da República com frequência tem lançado mão de um último instrumento parlamentar: anular o requerimento, por meio do questionamento constitucional – e também regimental – do preenchimento dos requisitos de criação da comissão. Nessa medida, a análise da constitucionalidade do requerimento passa a ocupar o centro do debate político-parlamentar e caracterizar-se como um obstáculo adicional a ser superado para se viabilizar o inquérito parlamentar. Esse confronto expõe o que denominamos 'tensão entre o direito das minorias' – que em tese deveria estar assegurado com o preenchimento dos requisitos de criação da CPI – e os interesses da maioria', uma vez que esta, sentindo-se ameaçada, atua no sentido de tentar impedir o inquérito".

Também o ex-presidente da Câmara, Michel Temer, foi citado por entender igualmente que "não se revela possível, à maioria, valer-se desses meios regimentais, para, transferindo, ao Plenário da Casa legislativa, a discussão do tema, frustrar, com tal expediente, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. De observar-se, em primeiro lugar, que as Comissões Parlamentares de Inquérito foram concebidas constitucionalmente como instrumentos postos à disposição das minorias e até das majorias para bem exercerem a função fiscalizadora que cabe, constitucionalmente, ao Poder Legislativo, não podendo, pois, submeter-se apenas à vontade da maioria, sob pena de se tornarem absolutamente ineficazes".

Para Celso de Mello, "é por essa razão que a rejeição do ato de criação da CPI, em sede recursal, pelo plenário da Câmara, não tem o condão de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

justificar a frustração do direito de investigar, que a própria Constituição outorga às minorias parlamentares”.

Em seu voto o ministro analisou, sob a ótica constitucional [artigo 58, parágrafo 3º] os outros requisitos necessários à instalação das CPI. Segundo o relator, o fato determinado foi bem expresso no requerimento da criação da CPI do apagão aéreo: investigar “causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, chamada de ‘apagão aéreo’, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006 envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (Vôo 1907) e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas”.

Para Celso de Mello, o exame dos documentos produzidos pelos impetrantes evidencia que o ato de criação da CPI deve ser preservado para permitir sua imediata instalação, pois o presidente da Câmara reafirmou “que estavam preenchidos todos os requisitos necessários à instalação do inquérito parlamentar”. “No caso em exame o requerimento se refere, com clareza, a um lamentável e trágico evento da aviação civil brasileira em que 154 pessoas perderam a vida em decorrência de suposta falha do sistema de controle de tráfego aéreo. A menção ao trágico acidente aéreo bastaria para viabilizar a instauração da CPI”, completou o relator

A CPI, lembrou o ministro, “não foi instituída por prazo indeterminado, o que é vedado pela Constituição, mas reconheceu-se que a investigação parlamentar terá a duração de 120 dias, como expressamente afirmou o presidente da Câmara dos Deputados ao indeferir a questão de ordem suscitada pelo líder do PT”.

Ao declarar seu voto, Celso de Mello concedeu o Mandado de Segurança para “invalidar a deliberação do egrégio plenário da Câmara dos Deputados que, ao acolher o recurso deduzido pelo líder do PT, desconstituiu o ato da presidência da Casa. Determino a restauração definitiva da eficácia do mencionado ato da presidência da Câmara, que reconheceu criada a CPI do controle do tráfego aéreo”.

O Plenário integral e unanimemente acompanhou o voto do ministro Celso de Mello.

A comunicação do resultado deste julgamento do STF segue, ainda hoje, para a presidência da Câmara dos Deputados, por telex. Amanhã, a comunicação segue por ofício assinado pela presidente da Corte, ministra Ellen Gracie.”¹

Foram ainda revogados dispositivos que contrariam o referido Projeto

Baseando nos fundamentos acima citados, votamos pela **Aprovação** do

Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018.

III – DA DECISÃO DA MESA DIRETORA:

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES vota pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº 08, de 26 de novembro de 2018.

¹ Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=69748>



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2018.


Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres


Wagner Barone

2º Secretário


José Eduardo Ramsay Torres

Vice-presidente


Elias Pereira

Tesoureiro



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em <u>26/11/13</u> Hrs <u>21:56</u> Sob nº <u>4083</u> Ass: <u>Domingos B</u>	<input type="checkbox"/>	Projetos De Lei	Nº 08 / 2018	APROVADO
	<input type="checkbox"/>	Projeto De Decreto Legislativo		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
	<input type="checkbox"/>	Requerimento		
	<input type="checkbox"/>	Indicação		REJEITADO
	<input type="checkbox"/>	Moção		
	<input type="checkbox"/>	Emenda		Presidente da Câmara

AUTOR: CÉZARE PASTORELLO

PSDB

“Altera o artigo 46 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal, que regulamenta a composição e trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para garantia dos direitos de minoria parlamentar.”

A Câmara Municipal de Cáceres aprova e o seu presidente, vereador Domingos Oliveira Santos, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º – O Artigo 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres passa a ter a seguinte redação:

“Art. 46. A Câmara Municipal, a requerimento de um terço de seus membros, independente de apreciação Plenária, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º *Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.*

- § 2º *Recebido o requerimento, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.*
- § 3º *A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.*
- § 4º *Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco comissões na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo quórum de apresentação previsto no caput deste artigo.*
- § 5º *A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.*
- § 6º *Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa Diretora o atendimento preferencial das providências que a Comissão solicitar."*

Art. 3º – Ficam incluídos os artigos 46-A e 46-B, ao Regimento Interno, com a redação a seguir:

"Art.46-A. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

- I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, necessários aos seus trabalhos;*
- II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência com Secretários Municipais e outros servidores que prestam serviços ao Município, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;*
- III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da*

realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Diretora;

- IV – deslocar-se a qualquer ponto do município para a realização de investigações e audiências públicas;*
- V – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;*
- VI – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.*

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 46-B. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e encaminhado:

- I – à Mesa Diretora, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, ou requerimento e indicação, que será incluída em Ordem do Dia dentro de cinco sessões;*
- II – ao Ministério Público Estadual ou ao Ministério Público Federal, com a cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;*
- III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;*
- IV – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;*

V – *Ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para que tomem conhecimento do relatório da Comissão e adote as providências que julgar necessárias.*

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco sessões.”

Art. 4º – Ficam revogados o inciso I, do art. 196, e a alínea “c”, inciso II, do artigo 219, ambos do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Sala das sessões, 26 de novembro de 2018.

Ver. Cézare Pastorello – PSDB



JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres é instrumento *interna corporis* de organização dos trabalhos legislativos, gozando de maior flexibilidade para atualização, sendo votada e promulgada pela própria casa.

Considerando-se a dinâmica da legislação e suas transformações no curso da vigência, ou por processo legislativo formal, ou por interpretação do judiciário, é sempre necessária a revisão e atualização dos diplomas.

A alteração é necessária por conta do princípio da simetria e do paralelismo das formas (implícito nos arts. 25, caput, 29, caput, e 32, caput, todos da CF/88). Sendo que o art. 58, § 3º, da CF/88, conquanto constitua a norma da Constituição da República sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito federais, igualmente se aplica, no que couber, às CPI estaduais (art. 25, caput, da CF/88), distritais (art. 32, caput, da CF/88) e Municipais (art. 29, caput, da CF/88).

Em análise ao art. 58, § 3º c/c art. 29, caput, todos da CF/88, as Comissões Parlamentares de Inquérito municipais possuem as seguintes características:

- 1. Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal.*
- 2. Serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos vereadores.*
- 3. Destinar-se-ão à apuração de fato determinado e por prazo certo.*
- 4. Suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas a demais órgãos para providências.*

Outro ponto suprimido da norma é a necessidade de sigilo. Desde novembro de 2011, com a sanção da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, a disponibilidade dos dados e informações ao público é a regra, sendo o sigilo exceção, que demanda justificativa.

Em que pese a necessidade de aprovação, por maioria simples, das alterações propostas por este resolução ao Regimento Interno desta casa, espera-se que estas sejam aprovadas, uma vez que o judiciário, inclusive a corte suprema tem reconhecido a necessidade de tal interpretação, conforme colaciona-se da jurisprudência:

TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade ADI 20291180220148260000
SP 2029118-02.2014.8.26.0000 (TJ-SP)
Data de publicação: 16/05/2014



Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - § 4º, do art. 56 -F, da Resolução nº 55, de 21 de novembro de 2012 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital), o qual estipula a votação da maioria absoluta dos membros da Câmara para a aprovação do requerimento de instalação de Comissões Especiais de Inquérito - Inadmissibilidade Ofensa ao princípio da simetria e da separação dos poderes Constituições Estadual e Federal que já preveem quórum de 1/3 para criação das Comissões Criação de óbice à função fiscalizatória do Legislativo Direito das minorias parlamentares que deve ser resguardado - Precedente - Ação julgada precedente.

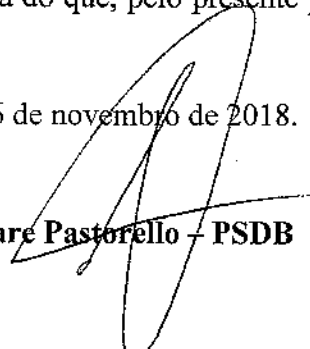
STF - MANDADO DE SEGURANÇA MS 24831 DF (STF)

Data de publicação: 04/08/2006

Ementa: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DIREITO DE OPOSIÇÃO - PRERROGATIVA DAS MINORIAS PARLAMENTARES - EXPRESSÃO DO POSTULADO DEMOCRÁTICO - DIREITO IMPREGNADO DE ESTATURA CONSTITUCIONAL - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR E COMPOSIÇÃO DA RESPECTIVA CPI - TEMA QUE EXTRAVASA OS LIMITES "INTERNA CORPORIS" DAS CASAS LEGISLATIVAS - VIABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL - IMPOSSIBILIDADE DE A MAIORIA PARLAMENTAR FRUSTRAR, NO ÂMBITO DO CONGRESSO NACIONAL, O EXERCÍCIO, PELAS MINORIAS LEGISLATIVAS, DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR (CF, ART. 58, § 3º)- MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: REQUISITOS CONSTITUCIONAIS.

Pelo exposto, a possibilidade de instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito, em nosso direito, sem necessidade de deliberação plenária, faz delas instrumentos úteis para o exercício do controle dos atos do Poder Executivo, e não haver previsão no Regimento Interno desta casa é sujeitar o legislativo municipal aos remédios constitucionais para garantia do que, pelo presente projeto de resolução, pode se tornar incontroverso.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2018.


Ver. Cézare Pastorello - PSDB